

BOLETIM DE FINANÇAS PÚBLICAS

Nº 02 Junho de 2017



Governador do Estado do Ceará

Camilo Sobreira de Santana

Vice-Governadora do Estado do Ceará

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho

Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG

Francisco de Queiroz Maia Júnior – Secretário

Antônio Sérgio Montenegro Cavalcante – Secretário adjunto

Júlio Cavalcante Neto – Secretário executivo

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE

Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto – Diretor Geral

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes – Diretor de Estudos Econômicos

Cláudio André Gondim Nogueira – Diretor de Estudos de Gestão Pública

Autores:

Paulo Araújo Pontes (IPECE)

Adriana Oliveira Nogueira (CGE)

Cláudio André Gondim Nogueira (IPECE)

Catarina da Silva Araújo (IPECE)

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Missão

Propor políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do Ceará por meio da geração de conhecimento, informações geosocioeconômicas e da assessoria ao Governo do Estado em suas decisões estratégicas.

Valores

Ética e Transparência; Autonomia Técnica; Rigor Científico; Competência e Comprometimento Profissional; Cooperação Interinstitucional e Compromisso com a Sociedade.

Visão

Ser uma instituição de pesquisa capaz de influenciar de modo mais efetivo, até 2025, a formulação de políticas públicas estruturadoras do desenvolvimento sustentável do estado do Ceará.

Apresentação

O Boletim de Finanças Públicas do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) apresenta, de forma sucinta, o comportamento das finanças públicas cearenses dos últimos doze meses, podendo ser utilizado como uma referência na tomada de decisão tanto de agentes públicos como privados.

É ainda um instrumento de consulta para os cidadãos cearenses e outros interessados na situação das contas públicas do Estado do Ceará. Sua frequência é mensal, o que permite um acompanhamento contínuo e pormenorizado das finanças públicas estaduais.

Para essa análise foram utilizados dados constantes no sistema S2GPR e todos os valores foram atualizados pelo IPCA do último mês considerado.

O Boletim será normalmente dividido em cinco blocos, sendo o primeiro destinado a um sumário executivo, o segundo às notas metodológicas, o terceiro à análise das receitas, o quarto às despesas e o quinto a uma breve descrição do cenário nacional, que é um importante condicionante da economia estadual. Além dessas divisões, de acordo com a disponibilidade dos dados, a cada dois meses será adicionado um bloco com o resultado primário e, a cada quatro meses, será inserido outro bloco referente à dívida pública estadual.

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO, 3

NOTAS METODOLÓGICAS, 5

RECEITAS CORRENTES, 6

DESPESAS CORRENTES E DE INVESTIMENTOS, 12

CENÁRIO MACROECONÔMICO E PERSPECTIVAS, 19

Sumário Executivo

Conforme os dados mais recentes disponíveis indicam, houve um pequeno decréscimo na Receita Corrente Líquida do Estado até maio de 2017, quando comparado a idêntico período de 2016, e que as despesas correntes ficaram praticamente estáveis. Dessa forma é recomendável que o Estado continue adotando mecanismos de controle do crescimento da despesa para que essa acompanhe de forma mais aproximada o comportamento das receitas.

Constatou-se, ainda, que a principal fonte de receita corrente do Estado, a arrecadação de ICMS, tem apresentado um comportamento declinante (em termos reais) no começo de 2017 em relação ao mesmo período dos anos anteriores. Entretanto, a arrecadação de IPVA e as transferências do FPE compensaram parte dessa adversidade. Chama atenção o fato da arrecadação de ICMS em abril e maio de 2017 ter sido inferior àquela observada doze meses antes, dado que se esperava que a majoração da alíquota modal de ICMS contribuísse para o incremento da arrecadação. Outro fato negativo foi a significativa queda, em maio de 2017, dos repasses do FPE.

Continuam merecendo destaque as despesas com inativos estarem crescendo mais rápido do que a de ativos, sendo isso um possível indício de que está havendo um incremento na quantidade pedidos de aposentadoria entre os servidores do Estado. Como o gasto com inativos é considerado no cálculo dos limites da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) é possível intuir que o Estado passará a contar com um número cada vez menor de pessoal ativo para atender as necessidades da população.

Tabela 1: Resumo dos indicadores fiscais, valores acumulados nos últimos doze meses (R\$1.000,00 de Mai./2017)

Discriminação	Jun./2015 a Mai./2016	Jun./2016 a Mai./2016	Δ%
Receita Corrente Líquida	17.038.509	18.304.007	7,43
ICMS	9.234.868	9.081.622	-1,66
FPE	4.876.846	5.383.840	10,40
IPVA	654.119	674.491	3,11
Despesa Correntes	18.266.241	18.437.095	0,94
DTP	7.415.790	7.571.746	2,10
Despesa com pessoal ativo	6.188.293	6.048.559	-2,26
Despesa com pessoal inativo e pensionistas	1.958.982	2.020.917	3,16
Despesas com Terceirizações	1.382.809	1.483.864	7,31
Juros e Amortizações	1.334.081	1.271.066	-4,72
Investimentos	2.576.195	2.038.579	-20,87

Fonte: SEFAZ/S2GPR.

Tabela 2: Resumo dos indicadores fiscais, valores acumulados no ano (R\$1.000,00 de mai./2017)

Discriminação	Acumulado no Ano		Δ%
	Até Mai./2016	Até Mai./2017	
Receita Corrente Líquida	7.392.630	7.282.967	-1,48
ICMS	3.718.851	3.644.664	-1,99
FPE	2.179.022	2.247.926	3,16
IPVA	555.759	575.299	3,52
Despesa Correntes	7.073.485	7.067.803	-0,08
DTP	2.701.957	2.851.715	5,54
Despesa com pessoal ativo	2.317.439	2.316.345	-0,05
Despesa com pessoal inativo e pensionistas	752.670	794.950	5,62
Despesas com Terceirizações	506.864	496.845	-1,98
Juros e Amortizações	568.048	503.375	-11,39
Investimentos	720.075	560.519	-22,16

Fonte: SEFAZ/S2GPR.

No que se refere ao cenário macroeconômico nacional, a despeito de alguns ajustes recentes para pior nas previsões dos principais indicadores macroeconômicos decorrentes da instabilidade política e das incertezas associadas a reformas importantes, como a trabalhista e da previdência, é possível considerar que os especialistas de mercado continuam, de maneira geral, razoavelmente otimistas em relação à performance da economia brasileira em 2017. Mais especificamente, há expectativas de crescimento positivo do PIB e da produção industrial, de redução das taxas de inflação e de juros básica, e de certa estabilidade da taxa de câmbio. Por outro lado, o endividamento público crescente constitui-se cada vez mais um fator que dificulta o controle das finanças públicas, notadamente ao nível do Governo Federal.

Nesse contexto, o Ceará poderá se beneficiar por conta dos fatores que conferem estabilidade ao cenário econômico atual, com perspectivas de aumento de suas receitas, caso a sua economia demonstre sinais mais claros de recuperação. Ademais, melhores resultados na área fiscal poderão se concretizar se forem mantidos os esforços para o equilíbrio das contas públicas, especialmente no que se refere ao controle das despesas.

Notas Metodológicas

Nesse Boletim de Finanças Públicas pretende-se apresentar de forma sucinta o comportamento das finanças públicas cearenses dos últimos doze meses, podendo ser utilizado como uma referência na tomada de decisão tanto de agentes públicos como privados. Pretende-se ainda que ele sirva de instrumento de consulta para os cidadãos cearenses e outros interessados na situação das contas públicas do Estado do Ceará. Sua frequência é mensal, o que poderá permitir um acompanhamento pormenorizado das finanças públicas estaduais.

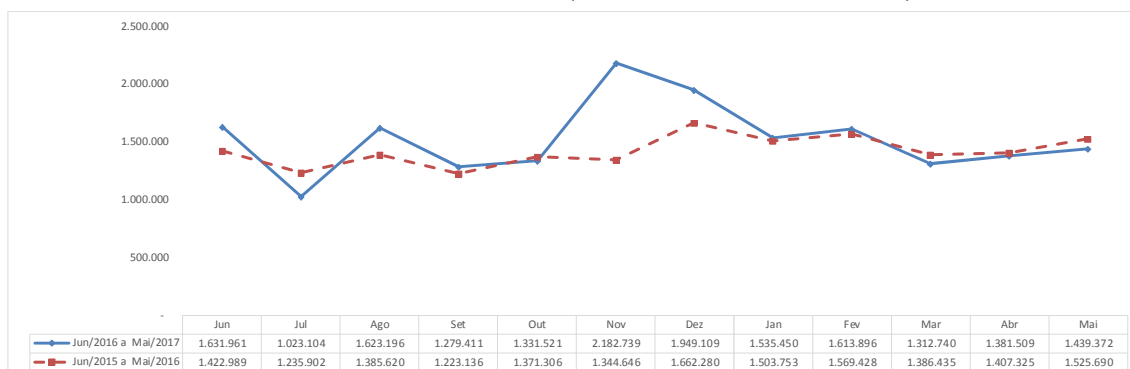
Para as análises foram utilizados dados constantes no sistema S2GPR, da Secretaria da Fazenda (SEFAZ), e todos os valores foram atualizados pelo IPCA do último mês da série. Para o cálculo da Receita Corrente Líquida (RCL) e da Despesa Total com Pessoal (DTP) foi utilizado o método empregado nos relatórios fiscais da SEFAZ. Relativamente a DTP não foi considerado o gasto com pessoal via Consórcio de Saúde Pública, cujas informações não constam no sistema da S2GPR, sendo, portanto, a DTP apresentada uma aproximação daquela informada nos Relatórios de Execução Orçamentária (RREO).

Deve-se ainda observar que todos os valores apresentados nesse relatório foram atualizados a preços do último mês do período, assim deve-se alertar que eles diferem daqueles constantes nos relatórios apresentados pela SEFAZ, como os da RCL e os limites com despesa de pessoal, pois esses últimos apresentam valores correntes.

Receitas Correntes

O comportamento da Receita Corrente Líquida (RCL) do estado do Ceará, no período de junho de 2016 a maio de 2017, é apresentado na Figura 1, destacando-se também a sua trajetória no período imediatamente anterior, ou seja, no interregno iniciado em junho de 2015 e finalizado em maio de 2016.

Figura 1: Receita Corrente Líquida dos últimos doze meses e do período imediatamente anterior (R\$1.000,00 de mai./2017)



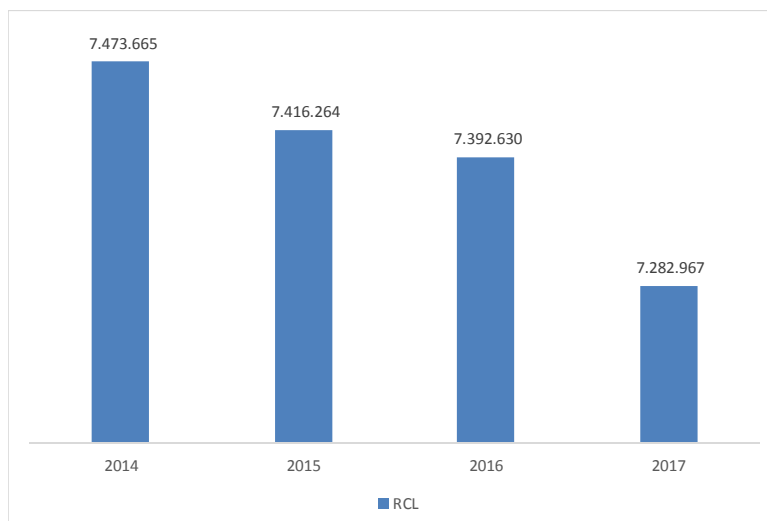
Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Do período em análise pode-se constatar que a RCL, dos últimos doze meses, foi de R\$18,3 bilhões e, para os doze meses anteriores, foi de R\$17,0 bilhões, isto é, houve um incremento real de 7,4% da RCL entre os dois períodos. Na Figura 1 constatam-se dois fatos interessantes, sendo o primeiro o significativo incremento do indicador nos meses de novembro e dezembro de 2016, quando comparado ao ano anterior, e de que nos últimos três meses da série a Receita Corrente Líquida está em um nível inferior ao observado um ano antes.

O primeiro fato acima elencado é decorrente das receitas extraordinárias com a arrecadação do ITCD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis ou Doação, de Quaisquer bens ou direitos), em novembro de 2016, e o incremento do FPE (Fundo de Participação dos Estados) no final de 2016. Quanto ao segundo fato, observa-se que maio de 2017 foi o terceiro mês seguido em que a RCL está inferior ao observado doze meses antes. Desta forma, pode estar sendo consolidada uma tendência da RCL de 2017 ser inferior à verificada em 2016.

Já na Figura 2 é apresentado o valor acumulado das receitas correntes nos cinco primeiros meses do ano, sendo possível constatar que o ano de 2017 têm apresentado um volume de receitas inferior ao de 2016, isto é, a RCL acumulada de 2017 está 1,5% abaixo da registrada em 2016. Se a comparação for com o ano de 2014 contata-se que a RCL, de 2017, está 2,5% inferior à daquele ano. Como será apresentado mais adiante, esse comportamento é decorrente, principalmente, da queda das receitas de ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) e da significativa redução dos repasses do FPE (Fundo de Participação dos Estados) em maio de 2017, comparativamente a maio de 2016.

Figura 2: Receita Corrente Líquida acumulada até maio (R\$1.000,00 de mai./2017)

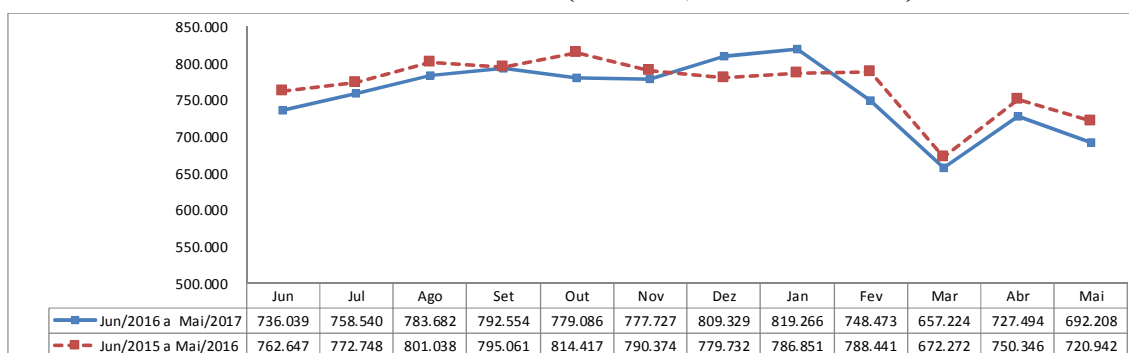


Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Obs.: Para o cálculo da RCL foram consideradas as receitas e as deduções acumuladas até o mês de abril de cada ano.

A principal fonte de receita corrente do estado do Ceará é a arrecadação de ICMS que, como se pode verificar na Figura 3, está apresentando arrecadação, nos últimos doze meses, inferior à observada no mesmo período imediatamente anterior. Nos últimos doze meses a arrecadação foi de R\$9,1 bilhões e, nos doze meses anteriores, foi de R\$9,2 bilhões, isto é, houve uma redução real de 1,6% na arrecadação do imposto em questão. Assim, como foi observado anteriormente, constata-se que o desempenho dessa fonte de receita está contribuindo de forma significativa para a redução da RCL do estado do Ceará.

Figura 3: Arrecadação de ICMS dos últimos doze meses e do período imediatamente anterior (R\$1.000,00 de mai./2017)



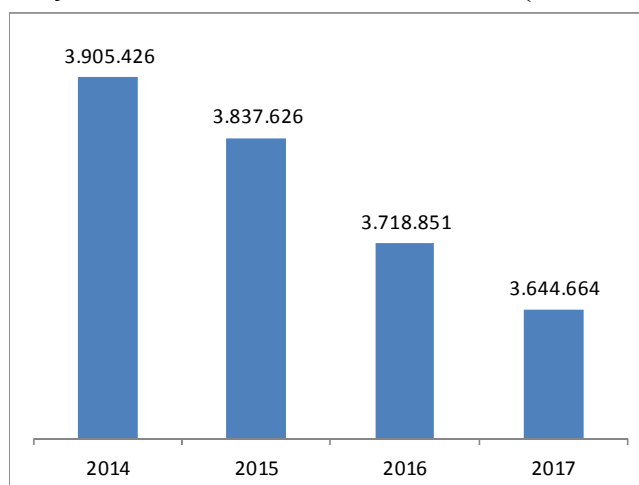
Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Quanto à arrecadação acumulada até maio, cujos dados são apresentados na Figura 4, constata-se que a arrecadação de ICMS em 2017 é a menor dos últimos quatro anos, sendo possível observar uma queda, em termos reais, de 6,7% entre a arrecadação de 2014 e 2017. Já a queda, comparando-se a arrecadação de 2017 com a de 2016, foi 2%.

Se forem considerados apenas os três primeiros meses de 2017, comparativamente ao primeiro trimestre de 2016, constata-se que a arrecadação de ICMS caiu 1,0%. Por outro lado foi, recentemente, divulgado pelo IPECE que, o PIB cearense do primeiro trimestre, relativamente ao mesmo trimestre do ano anterior, teve uma queda de 1,4%.

Nota-se, portanto, que a queda da arrecadação foi inferior à retração econômica verificada no mesmo período.

Figura 4: Arrecadação de ICMS acumulada até maio (R\$1.000,00 de mai./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Outro fato relacionado à arrecadação de ICMS é a elevação da alíquota modal de 17% para 18%, ocorrida no mês de abril de 2017¹. Dado que a arrecadação, em abril e maio de 2017, ter sido inferior à verificada doze meses antes é possível supor que essa majoração da alíquota ainda não teve o efeito desejado de aumentar a arrecadação.

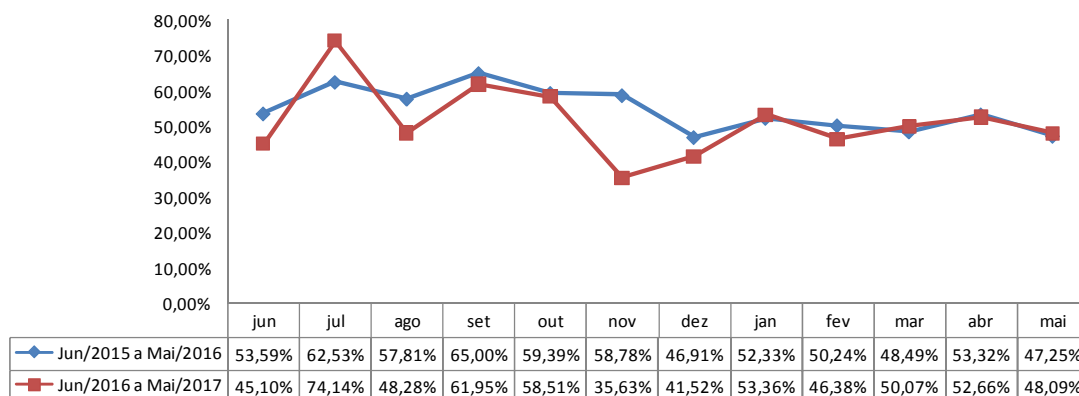
Ademais, analisando-se a arrecadação de ICMS, mês a mês, em relação à RCL do período, pode-se verificar por meio do indicador de Independência Fiscal o grau de autonomia da principal receita própria do Estado para o financiamento de suas despesas. Esse indicador é construído de tal forma que, quanto mais próximo de 100%, melhor.

Assim, na Figura 5 é apresentada a evolução do indicador de Independência Fiscal nos últimos doze meses, de jun./2016 a mai./2017 e, também, de jun./2015 a mai./2016. Comparando os resultados obtidos, verifica-se que não se apresentam elevadas variações no indicador durante os dois períodos analisados, demonstrando certa constância em torno de 50%. Podem-se destacar apenas os meses de julho e setembro que ultrapassaram a 60% nos dois anos. E ainda, verificam-se percentuais inferiores a 50% em novembro e dezembro de 2016 decorrentes do incremento no recebimento de transferências da União (que elevam a RCL).

Quanto à arrecadação de IPVA pode-se observar, na Figura 6, que ela, nos últimos doze meses, cresceu, em termos reais, 3,1% quando se compara ao período anterior, ou seja, a arrecadação teve um incremento de R\$ 20,3 milhões (a preços de maio/2017) entre os dois períodos. É interessante observar que as arrecadações de janeiro, março e maio de 2017 contribuíram significativamente para esse desempenho.

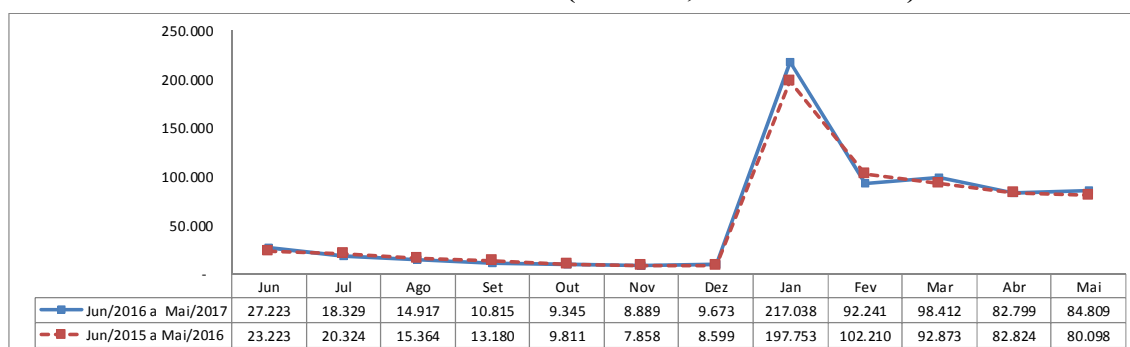
¹ Ver Lei nº 16.177/2016.

Figura 5: Independência Fiscal dos últimos doze meses e do período imediatamente anterior



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Figura 6: Arrecadação de IPVA dos últimos doze meses e do período imediatamente anterior (R\$1.000,00 de mai./2017)



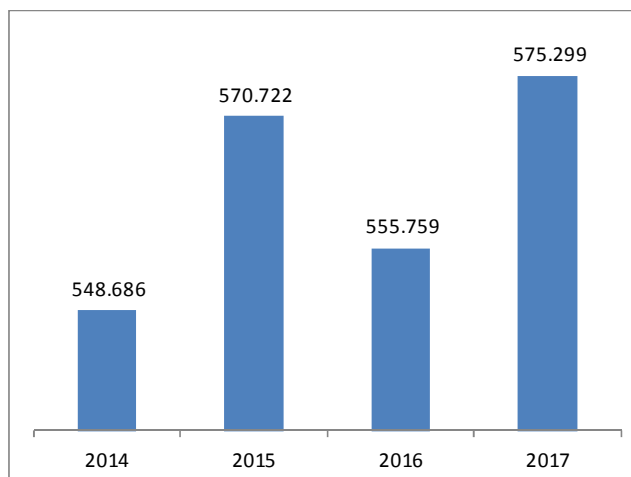
Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Comparando-se o desempenho dos cinco primeiros meses do ano, conforme a Figura 7 observa-se que a arrecadação de IPVA cresceu, em termos reais, 3,5% em 2017, quando se compara com idêntico período de 2016. Uma explicação para o incremento da arrecadação de IPVA foi a mudança de suas alíquotas, no ano de 2015, que passaram a valer no ano de 2017².

A segunda maior fonte de receita corrente do estado do Ceará são os recursos transferidos pela União do Fundo de Participação dos Estados (FPE), que é constituído por uma fração da arrecadação de Imposto de Renda (IR) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Como se pode observar na Figura 8, os valores transferidos entre novembro de 2016 e abril de 2017 são superiores àqueles observados em idênticos meses do período anterior. Assim, as transferências acumuladas nos últimos doze meses superam àquelas do período imediatamente anterior em 10,6%, ou seja, as transferências tiveram um incremento superior a R\$506 milhões. Esse aumento é devido, principalmente, aos recursos arrecadados com a repatriação de recursos ocorridas no final de 2016, que objetivava promover a regularização de ativos mantidos no exterior por brasileiros.

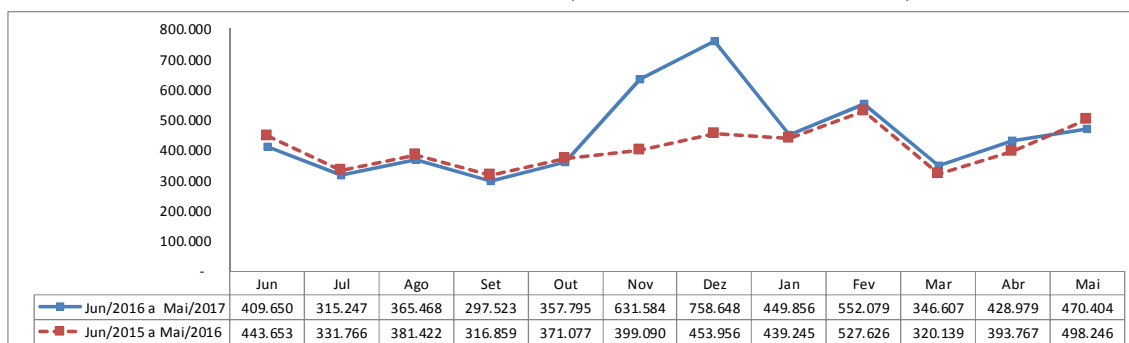
² <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/novas-aliquotas-do-ipva-sao-para-2017-diz-sefaz-1.1435641>

Figura 7: Arrecadação de IPVA acumulada até maio (R\$1.000,00 de mai./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Figura 8: Receitas transferidas do FPE dos últimos doze meses e do período imediatamente anterior (R\$1.000,00 de mai./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

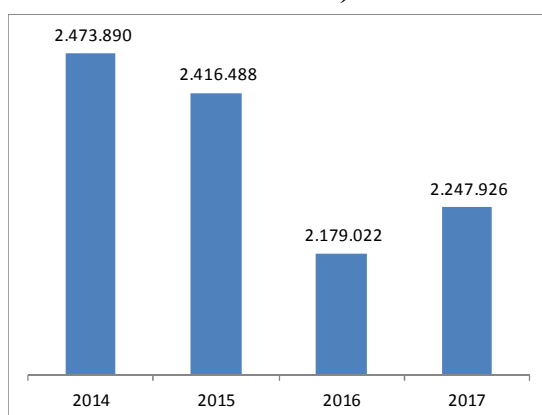
Um fato preocupante, relacionado ao FPE, foi a queda da arrecadação federal em maio de 2017, que se fez sentir nos repasses da União para o Ceará nesse mês. Como é possível verificar na Figura 8, os repasses de maio de 2017 foram inferiores aos de maio de 2016 em R\$ 28 milhões, representando uma queda real de 5,6%.

Relativamente às transferências acumuladas nos cinco primeiros meses do ano constata-se, via inspeção da Figura 9, que há um sensível incremento da arrecadação de 2017, quando se compara com 2016, de 3,2%. Entretanto, deve-se frisar que as transferências de 2017 ainda estão 9,1% inferiores àquelas observadas em 2014.

Adicionalmente, comparando o volume de recursos transferidos através do FPE, mês a mês, em relação à RCL do período, pode-se apurar através do indicador de Dependência Fiscal para financiamento das despesas.

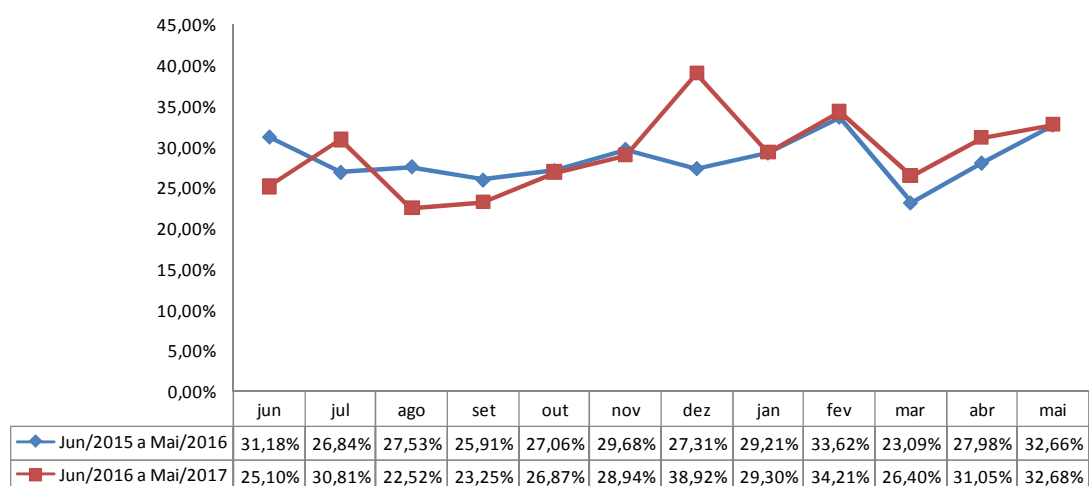
No caso, na Figura 10 é apresentada a evolução do indicador de Dependência Fiscal nos últimos doze meses, de jun./2016 a mai./2017, assim como no período de jun./2015 a mai./2016. Comparando seus resultados verifica-se uma constância em torno de 30%.

Figura 9: Receitas transferidas pelo FPE acumuladas até maio (R\$1.000,00 de mai./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Figura 10: Dependência Fiscal dos últimos doze meses e do período imediatamente anterior



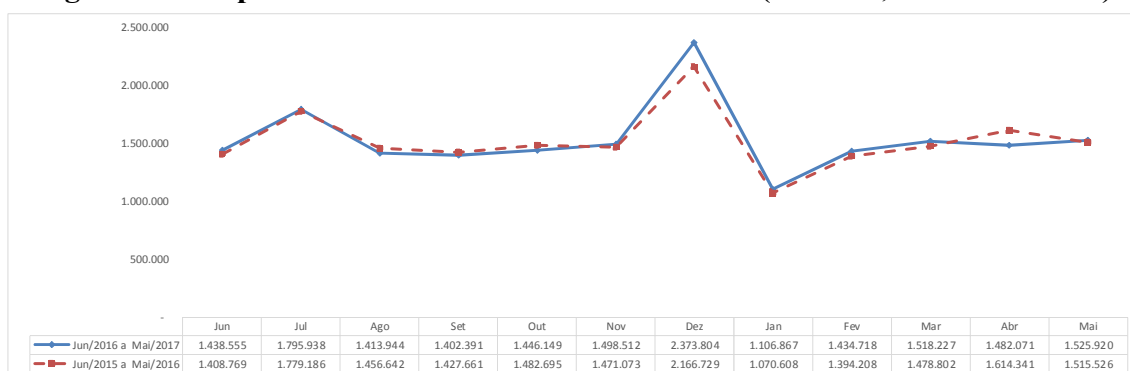
Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Dado o exposto anteriormente, conclui-se que o desempenho da arrecadação do IPVA e dos repasses do FPE foram cruciais para mitigar os efeitos da queda da arrecadação do ICMS. Assim, a redução dos repasses do FPE, no último mês da série, resulta em novas preocupações para as finanças públicas estaduais dado que, se essa queda configurar uma tendência, a RCL deverá sofrer novas reduções. Além disso, deve-se atentar para o fato das receitas do IPVA se concentrarem nos cinco primeiros meses do ano. Então, desta forma, não se espera que essa fonte continue contribuindo de forma significativa para a recuperação da arrecadação estadual.

Despesas Correntes e de Investimentos

Esta parte do Boletim de Finanças Públicas destina-se à análise das despesas do estado do Ceará, sendo, na Figura 11, apresentado o comportamento das despesas correntes dos últimos doze meses, de junho de 2016 a maio de 2017, comparativamente aos doze meses anteriores, de junho de 2015 a maio de 2016. Como se pode observar na referida figura, as despesas correntes nos últimos doze meses estão em nível similar àquelas observadas nos doze meses anteriores (a preços de maio/2017). De fato as despesas correntes dos últimos doze meses registraram um incremento real de apenas 0,9% quando comparado ao período anterior.

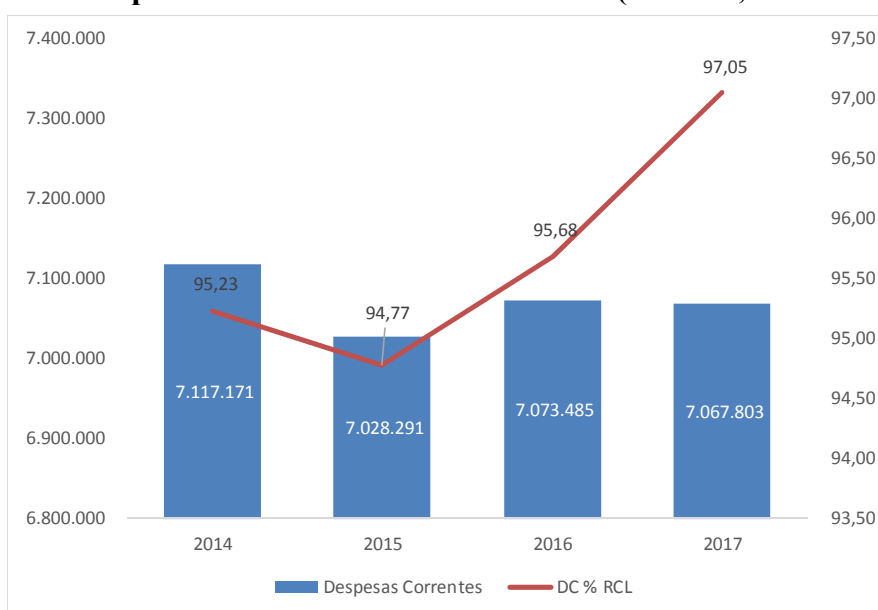
Figura 11: Despesa Corrente dos últimos doze meses (R\$1.000,00 de mai./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Ao observar-se o acumulado nos cinco primeiros meses do ano, cujos dados são apresentados na Figura 12, constata-se que as despesas correntes, em 2017, estão 0,08% e 0,69% inferiores às de 2016 e 2014, respectivamente. Observa-se, portanto, que, ao longo dos quatro últimos anos, a despesa corrente do Estado caiu menos do que a RCL, cuja redução, como destacado anteriormente, foi de 2,5% entre 2014 e 2017. Constata-se, ainda, que a despesa corrente do Poder Executivo do Estado corresponde a aproximadamente 97,0% da RCL acumulada até maio de 2017.

Figura 12: Despesa Corrente acumulada até maio (R\$1.000,00 de mai./2017)

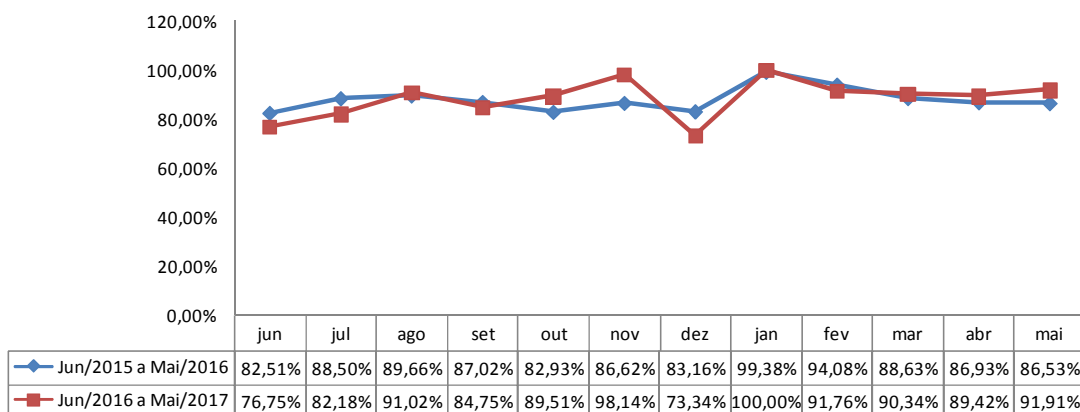


Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Analisam-se, também, as despesas pelo enfoque do indicador de Rigidez das Despesas como objetivo identificar a flexibilidade das despesas de custeio em relação à despesa total. Consideram-se como Despesas de Custeio os gastos com pessoal, o serviço da dívida (juros, encargos financeiros e amortizações) e outras despesas correntes. Quanto mais esse indicador se aproximar de 100%, mais preocupante será, pois, demonstra um maior comprometimento das despesas com as receitas. A STN apresentou esse indicador em seu Boletim das Finanças Públicas, editado no final de 2016, e obteve, em relação às capitais brasileiras, uma média de 92%.

Na Figura 13 é apresentada a evolução do indicador de Rigidez das Despesas nos últimos doze meses, de jun./2016 a mai./2017 e ainda para o período de jun./2015 a mai./2016. Comparando os resultados, verifica-se que em muitos meses esse indicador situou-se acima de 90%, principalmente no início de 2017.

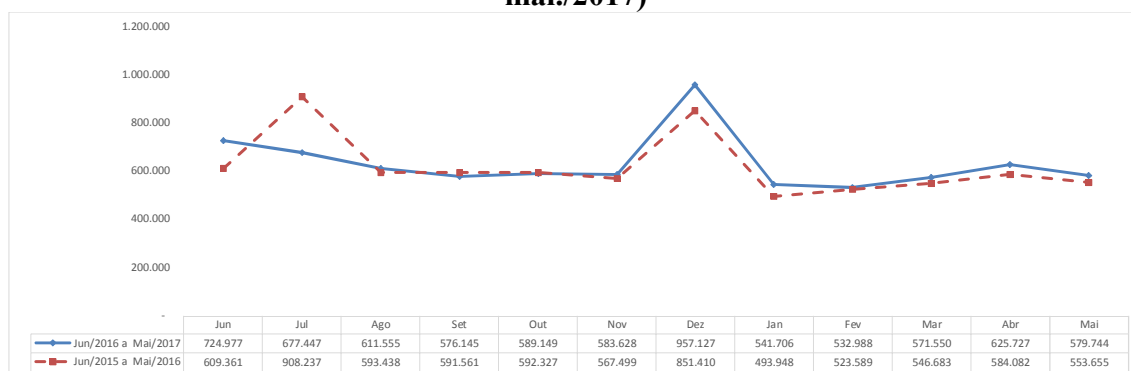
Figura 13: Rigidez das Despesas dos últimos doze meses e do período imediatamente anterior



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

A principal despesa corrente do estado do Ceará é o gasto com pessoal, cujas informações são apresentadas na Figura 14. No caso, essas despesas totalizaram, nos últimos doze meses, R\$7,5 bilhões, valor 2,1% superior ao observado nos doze meses anteriores. Nesse sentido, vale ressaltar que nos últimos sete meses a despesa com pessoal tem se descolado, de forma mais significativa da despesa observada nos doze meses anteriores.

Figura 14: Despesa Total com Pessoal dos últimos doze meses (R\$1.000,00 de mai./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

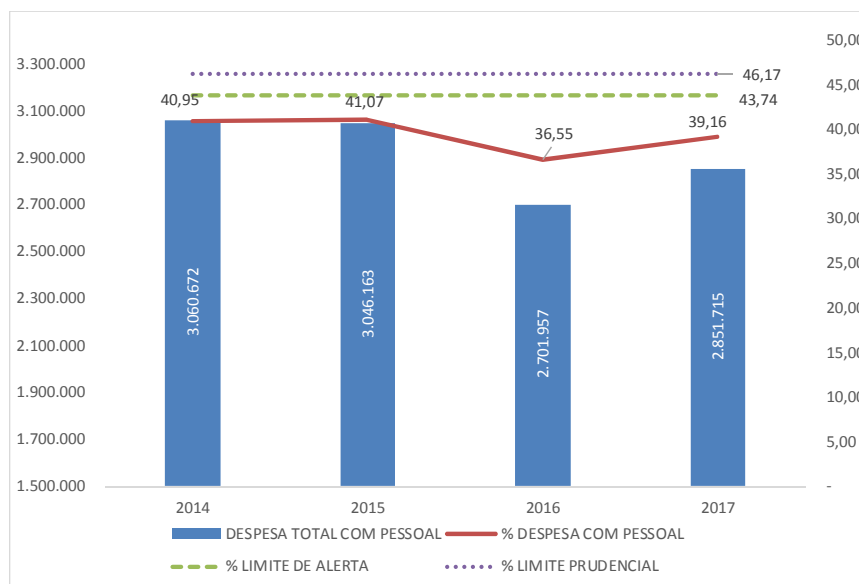
Obs.: As despesas de pessoal pagas por Consórcio de Saúde Pública não foram consideradas nesse relatório, dado que elas não constam no sistema S2GPR.

Relativamente aos limites da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), nos últimos doze meses, a Despesa Total com Pessoal (DTP) representou 41,37% da RCL, valor bem inferior ao limite de alerta (43,74% da RCL). No período imediatamente anterior o indicador representava 43,52% da RCL. Deve-se considerar que as receitas não recorrentes, no final de 2016, contribuíram para essa significativa redução da razão entre a DTP e a RCL³.

É interessante observar que a DTP dos meses de abril e maio de 2017 estão 5,9% superiores àquelas observadas doze meses antes. Uma possível explicação para esse fato são os fatores elencado no Boletim de Finanças Públicas de Maio, que são os seguintes: a revisão geral dos vencimentos dos servidores estaduais de 2%, aprovada no mês de março; convocação de 1.400 candidatos, aprovados no concurso da Polícia Militar; e a aprovação de ajuste salarial dos policiais militares e dos agentes do Corpo de Bombeiros. Pode-se, portanto, afirmar que essas medidas já estão impactando as despesas com pessoal do Estado. Reforça-se, assim, a necessidade de um estreito acompanhamento dessas despesas, mensurando-se sistematicamente seu comportamento.

Quanto às despesas com pessoal acumuladas até maio, observa-se na Figura 15 que em 2017 elas estão 5,5% superiores, em termos reais, às verificadas em 2016. Entretanto, elas ainda estão 6,8% abaixo daquelas verificadas em 2014. Considerando-se o nível de comprometimento da despesa com pessoal, relativamente a RCL, conta-se que elas estão relativamente abaixo do nível de alerta da LRF. Esse resultado, para os cinco primeiros meses do ano, é esperado dado que ainda não tinham sido pagos os valores relativos ao 13º salário dos servidores públicos.

Figura 15: Despesa com Pessoal acumulada até maio (R\$1.000,00 de mai./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

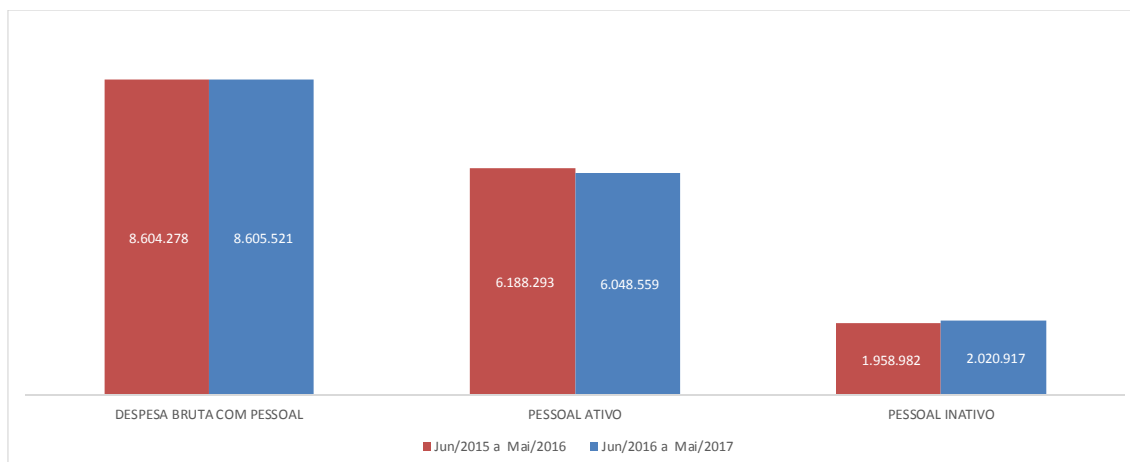
Obs.: As despesas de pessoal pagas por Consórcio de Saúde Pública não foram consideradas nesse relatório, dado que elas não constam no sistema S2GPR.

Quanto à despesa com pessoal, deve-se observar que seus dois principais componentes são a despesa com pessoal ativo e inativo que, conforme pode-se verificar na Figura 16,

³ Deve-se lembrar, mais uma vez, que esses valores diferem daqueles reportados no RREO divulgado pela SEFAZ devido os valores utilizados nesse boletim estarem a preços constantes.

apresentam comportamentos distintos. Nesse sentido, observa-se que enquanto a despesa com pessoal ativo caiu 2,25%, as despesas com pessoal inativo cresceram 3,2%, quando se comparam os últimos doze meses com o período imediatamente anterior.

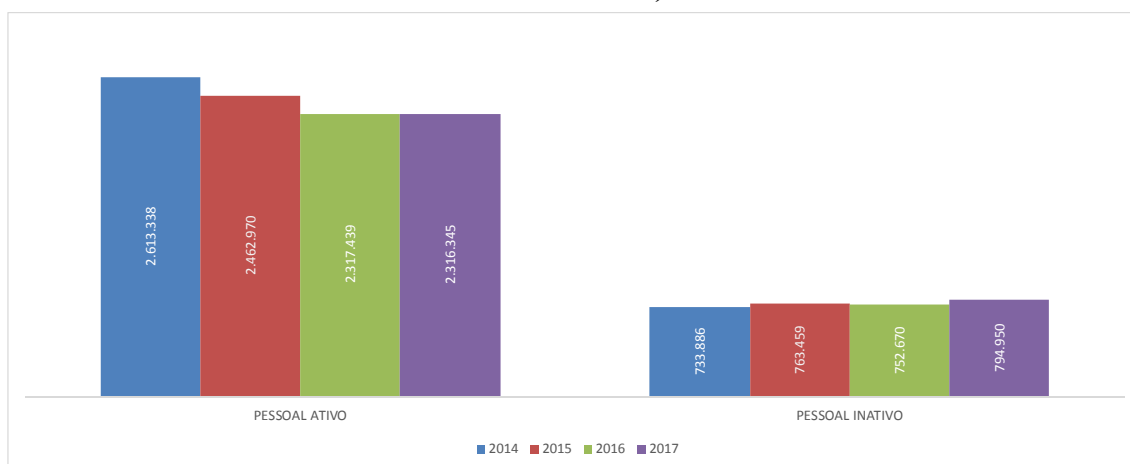
Figura 16: Despesa com Pessoal Ativo e Inativo dos últimos doze meses (R\$1.000,00 de mai./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Essa tendência de queda do gasto com pessoal ativo pode ser observada também quando se comparam os gastos até maio dos últimos quatro anos, ou seja, a despesa com ativos caiu 11,4%, entre 2014 e 2017, enquanto a despesa com pessoal inativo, apesar de um ligeiro decréscimo em 2016, aumentou em 8,3% (ver a Figura 17). Dado o maior crescimento do gasto com pessoal inativo torna-se necessário um constante monitoramento da evolução dessa despesa visando adotar medidas que garantam a sustentabilidade da previdência estadual.

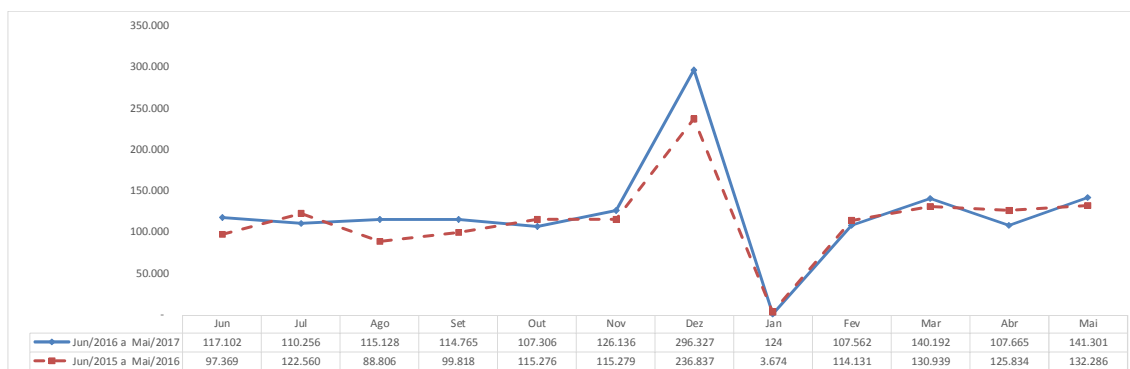
Figura 17: Despesa com Pessoal Ativo e Inativo acumulada até maio (R\$1.000,00 de mai./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Outra importante despesa corrente do Governo do estado do Ceará refere-se à locação de mão de obra que, nos últimos doze meses, de acordo com a Figura 18, alcançou a cifra de R\$ 1,48 bilhão, valor este 7,3% superior ao verificado nos doze meses anteriores. Destaque-se que esse valor equivale a 8,1% da RCL do período, repetindo o mesmo percentual observado nos doze meses anteriores.

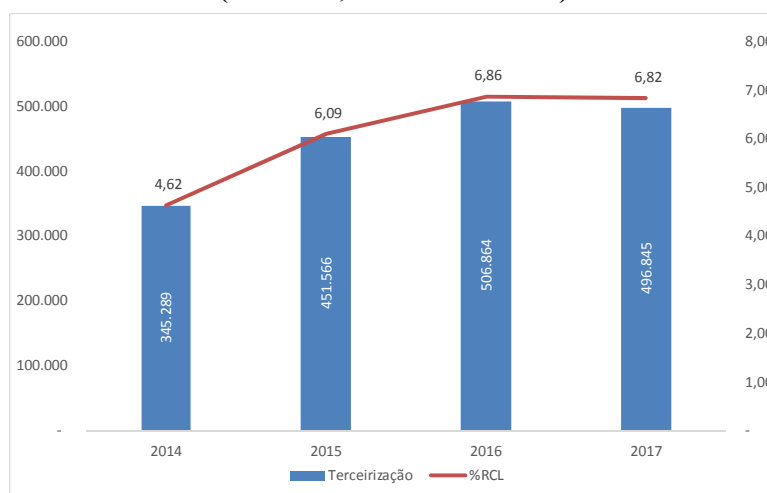
Figura 18: Despesa com Locação de Mão-de-obra e Serviços dos últimos doze meses (R\$1.000,00 de mai./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Quando o período de comparação são os cinco primeiros meses de cada ano, conforme os dados apresentados na Figura 19, constata-se que as despesas com locação de mão-de-obra cresceram 43,9% entre os anos de 2014 e 2017, tendo, em 2014, representado 4,2% da RCL e, em 2017, 6,82% da RCL.

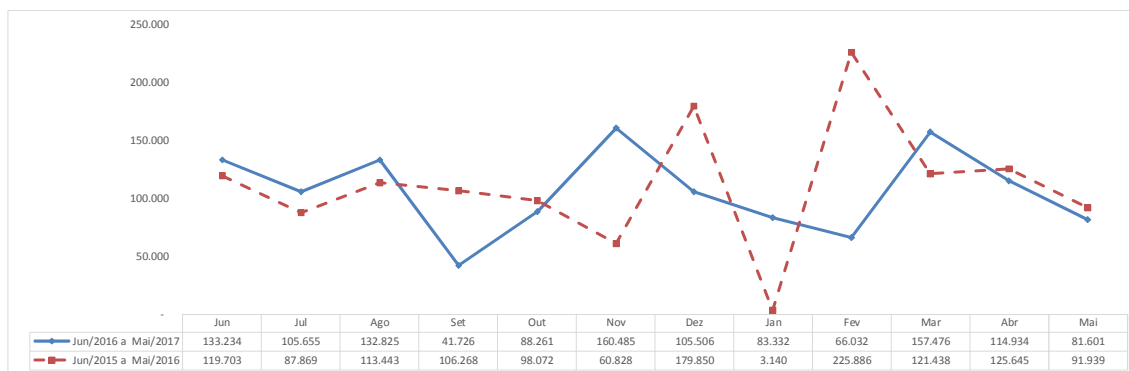
Figura 19: Despesa com Locação de Mão-de-obra e Serviços acumulada até maio (R\$1.000,00 de mai./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

O Governo do Estado do Ceará, nos últimos doze meses, pagou a título de juros e amortizações de sua dívida um total de R\$ 1,27 bilhão (a preços de maio de 2017), o que representou 6,9% da RCL do período. Esse montante foi 4,7% inferior ao observado nos doze meses anteriores, quando foi pago R\$ 1,33 bilhão, comprometendo 7,8% da RCL. O limite com essa despesa foi estabelecido pela Resolução 43/2001 do Senado Federal, e não pode exceder 11,5% da RCL.

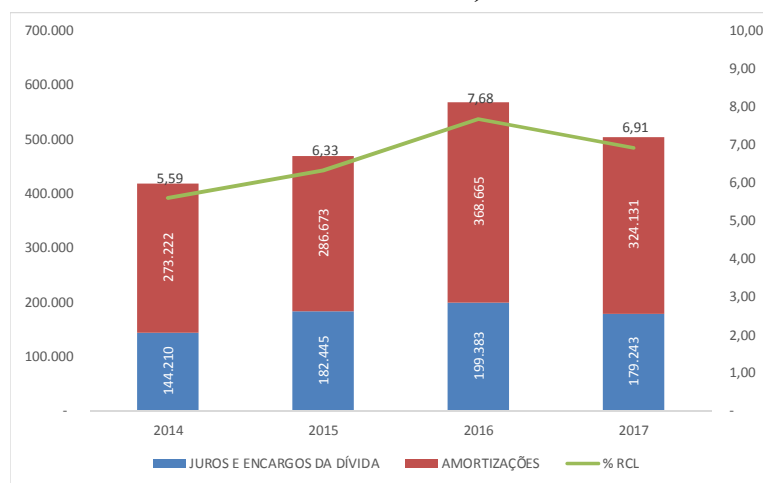
Figura 20: Despesas com Juros e Amortizações (R\$ 1.000,00 de mai./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

No acumulado de janeiro a abril de 2017, constata-se, como pode ser visto na Figura 21, que a despesa com pagamento de Juros e Amortizações apresentou um padrão de crescimento entre os anos 2014 e 2016, havendo um declínio nos pagamentos dessas rubricas em 2017. Essas despesas representaram 5,6%, em 2014, e 6,9%, em 2017, da RCL acumulada no período. A redução no pagamento de juros e amortizações em 2017 pode estar relacionada à variação cambial do período, dado que parte da dívida pública estadual foi contratada com entidades estrangeiras.

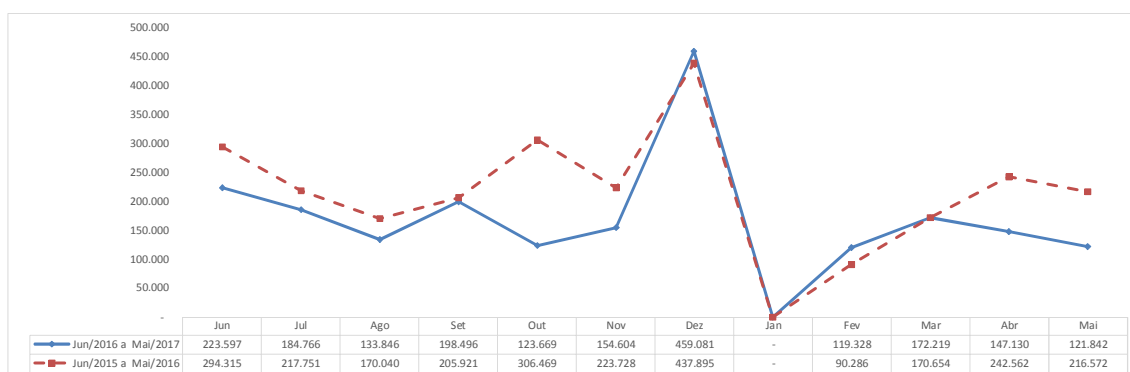
Figura 21: Despesa com Juros e Amortizações acumuladas até maio (R\$ 1.000,00 de mai./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

O comportamento, nos últimos doze meses, do último gasto analisado nesse Boletim, a despesa de investimento, que é uma despesa de capital, é apresentada na Figura 22. Como é possível apurar na referida figura, os investimentos dos últimos doze meses foram sistematicamente inferiores aos dos doze meses anteriores, representando uma redução de R\$537 milhões, ou 20,8% a menos, em termos reais, do que fora investido no período imediatamente anterior.

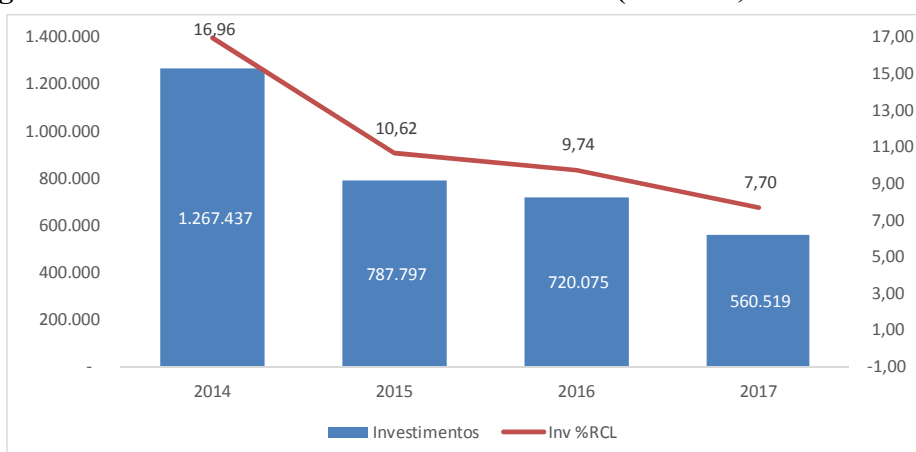
Figura 22: Investimentos dos últimos doze meses (R\$1.000,00 de mai./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Se a análise se detiver nos cinco primeiros meses de cada ano, conforme a Figura 23, observa-se que os investimentos do estado do Ceará acumulados em 2017 estão em um nível inferior ao dos anos anteriores. Consta-se, ainda, que as despesas com investimentos, até abril de 2017, representaram 7,7% da RCL acumulada no ano. Esse nível é significativamente inferior ao verificado em 2014 (16,9% da RCL).

Figura 23: Investimentos acumulados até maio (R\$1.000,00 de mai./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Cenário Macroeconômico e Perspectivas

A análise do cenário macroeconômico atual consiste basicamente no acompanhamento das medianas das expectativas de mercado apresentadas semanalmente no Boletim FOCUS do Banco Central do Brasil para o ano corrente. No caso, são consideradas seis variáveis que potencialmente podem trazer mais repercussões sobre as finanças estaduais, quais sejam: (i) PIB (% do crescimento); (ii) Produção Industrial (% do crescimento); (iii) IPCA (%); (iv) Meta Taxa Selic - fim do período (% a.a.); (v) Taxa de Câmbio - fim do período (R\$/US\$); e (vi) Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB). Adicionalmente, outros indicadores podem ser incluídos para dar suporte à argumentação desenvolvida. Os dados referentes ao acompanhamento semanal das referidas variáveis são apresentados na Figura 24.

Considerando primeiramente o Produto Interno Bruto (PIB), as previsões medianas dos analistas de mercado iniciaram o ano com expectativas de uma evolução de 0,50% para o indicador. Até meados do mês de abril, as previsões apresentaram um ligeiro viés de baixa, e depois passaram crescer, voltando ao patamar inicial no início de junho. Contudo, com o aprofundamento da crise política, as previsões passaram a ser menos otimistas, chegando ao nível de 0,34%, conforme o último Boletim FOCUS (07/07). Assim, apesar de todas as incertezas que têm afetado a economia brasileira, ainda há a expectativa de que o ciclo de queda significativa da atividade econômica observada nos últimos dois anos seja interrompido em 2017.

Essa relativa confiança do mercado em se obter melhores resultados na economia também vinha se verificando no que se refere especificamente à produção industrial, cujas medianas das previsões para 2017 demonstraram um crescente otimismo até meados de maio. Entretanto, diante de maiores níveis de incerteza, essas expectativas foram revisadas para baixo até meados de junho. Mas, com a recente divulgação de alguns resultados positivos⁴, as últimas previsões têm sinalizado para resultados mais significativos, com um crescimento estimado em 0,84% para este ano.

É importante ressaltar que se esse movimento de interrupção do ciclo de quedas mais acentuadas da atividade econômica e da produção industrial for confirmado nos próximos meses, poderá haver repercussões sobre as finanças públicas estaduais. No caso, se a indústria e a economia brasileira voltarem a crescer, e se o Ceará acompanhar esse movimento, cria-se a expectativa para um paulatino aumento da arrecadação do ICMS, bem como das transferências dos recursos provenientes do FPE em decorrência da maior arrecadação de impostos federais (como, por exemplo, o IPI) no Estado.

Já há alguns indícios recentes de que o Ceará possa estar esboçando uma recuperação. Por exemplo, no primeiro trimestre de 2017, o Estado apresentou um crescimento do PIB de 1,87% em relação ao trimestre imediatamente anterior (para o Brasil, a variação foi de 1,0%). Além disto, em abril/2017, a produção física industrial cearense elevou-se em 0,6% na comparação com março/2017.

⁴ Conforme a publicação Farol da Economia Cearense de Junho/2017 (http://www.ipece.ce.gov.br/Estudos_Gestao_Publica/Farol_Economia_Cearense/Farol_Economia_CearenseJun2017.pdf), alguns estados brasileiros, tais como Rio de Janeiro, Espírito Santo, Santa Catarina, Amazonas dentre outros, apresentaram variações positivas da produção física industrial no primeiro quadrimestre de 2017 em relação ao mesmo período do ano anterior (apesar dessa variação ainda ser negativa para o Brasil como um todo, em torno de -0,7%). Ademais, em abril, a produção industrial brasileira cresceu em relação a março/2017 (+0,6%).

